

Apresentação do Plano anual de Governo marca retorno da Alerj

Ricardo Couto mostrará o Plano do Executivo antes da abertura das sessões plenárias

Por Redação

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro inicia os trabalhos de 2026 nesta terça-feira (3). A solenidade de abertura, às 14h, contará com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) e governador em exercício, o desembargador Ricardo Couto de Castro, que apresentará o Plano de Governo do Poder Executivo para este ano. Em seguida, os deputados iniciam a votação de projetos na sessão plenária conduzida pelo presidente em exercício da Casa, o deputado Guilherme Delaroli (PL), no Palácio Tiradentes, sede histórica do Legislativo.

Entre os projetos a serem votados na primeira ordem do dia do ano, destacam-se medidas que envolvem a regulamentação do ICMS educacional fluminense, o combate à falsificação de bebidas, a infraestrutura para entregadores de aplicativos e a regulamentação de serviços terapêuticos com animais.

Projetos em pauta

Em discussão única, será votado o Projeto de Lei 6.659/25, que regulamenta o critério educacional para a distribuição do ICMS aos municípios. A medi-



Paula Vieira/CM

Primeira sessão plenária de 2026 será conduzida no Palácio Tiradentes, sede histórica da Alerj

da é necessária para o Rio receber verbas do Fundeb, conforme a Emenda 108/20, que destina 10% do imposto a índices de aprendizagem. O restante dos recursos seguirá os repasses por operações (65%) e fatores como população e área (25%).

O texto cria o IPAERJ, baseado em aprovação e desempenho escolar. Para as prefeituras serem aptas, devem garantir participação mínima de alunos em avaliações e reduzir desigualdades. Excepcionalmente entre

2026 e 2029, o único critério de elegibilidade é o alcance do percentual mínimo de participação dos estudantes no último ano do Ensino Fundamental.

Em 2ª discussão, entra em pauta o PL 6.514/25, do deputado Daniel Martins (União), que institui o Programa de Descarte Seguro e Reciclagem de Vasilhames de Vidro de Bebidas (PDSRV). A proposta foca na logística reversa para impedir que garrafas vazias sejam usadas por quadrilhas de falsificação.

“Entendemos a necessidade de prevenir o reaproveitamento indevido dos recipientes, combatendo a falsificação com substâncias como o metanol”, declarou Martins. A medida obriga bares e restaurantes a garantirem o descarte correto ou a trituração dos vidros, sob pena de aplicação de multas e interdições.

Apoio aos Entregadores

Outro tema debatido em 1ª discussão, é o PL 1.432/23, de Guilherme Delaroli, que obriga

empresas de aplicativos de entrega a instalarem pontos de apoio para os trabalhadores. Os locais devem oferecer banheiros, água, refeitório e pontos de recarga de celular. Delaroli ressaltou a urgência da medida: “Entre o app e o cliente existem os ‘motoboys’ e ‘bikeboys’ com pouca ou nenhuma condição de trabalho, rodando pelas ruas muitas horas por dia e com o peso da caixa térmica nas costas. As condições de trabalho questionáveis desses entregadores, evidenciam a urgência da criação de medidas para que as empresas forneçam ao menos as condições básicas aos prestadores de serviço”, declarou.

Por fim, a ordem do dia prevê a votação do PL 4.155/24, do deputado Dr. Pedro Ricardo (PP), que regulamenta os Serviços Assistidos por Animais. A proposta abrange programas de entretenimento, educação e tratamentos de reabilitação. Segundo o autor, o Rio pode ser pioneiro na legislação: “Essa abordagem terapêutica é amplamente reconhecida por seu potencial em promover melhorias significativas na saúde física, emocional e social de indivíduos de todas as idades”, afirmou Pedro Ricardo. A norma exige que apenas especialistas certificados treinem os animais, garantindo o seu bem-estar.

Vigilância Sanitária moderniza inspeções

Por Redação

A cidade do Rio passa a contar, a partir desta segunda-feira (2), com uma fiscalização sanitária mais moderna. Por meio do decreto nº 57.501/IVISA-RIO, foi oficializada a medida que determina a digitalização das ações do Instituto Municipal de Vigilância Sanitária (IVISA-Rio), substituindo os registros em papel por um sistema de controle eletrônico e auditável em tempo real.

Segundo a prefeitura, o Sistema de Fiscalização Orientada por Critérios Objetivos, o SISFOCO, é a grande novidade. Por meio dele, é criado um padrão em que o auditor fiscal passa a seguir um roteiro digital estruturado e cada apontamento deve ser fundamentado em parâmetros verificáveis, como registro de geolocalização ou fotografias.

Uma confeitaria na Glória foi o primeiro local a ser inspecionado com o novo sistema. A equipe seguiu o roteiro por meio de tablets



Divulgação/SMS

Novo sistema digital garante mais economia e eficiência para a IVISA-Rio

com acesso ao SISFOCO, que possui interface ágil e oferece mais confiabilidade na vistoria. “Esse roteiro garante a transparência e a rastreabilidade como elementos fundamentais de um trabalho de fiscalização mais moderno e eficiente”, destacou o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz, que

acompanhou a inspeção.

Os tablets são carregados com as ordens de serviço nas unidades do INVISA-Rio, que garante a proteção dos dados sensíveis. Em campo, os fiscais que atuam nas vistorias realizam o preenchimento do checklist e anexam as imagens que comprovam a irregularidade, em

uma avaliação padronizada para todos os estabelecimentos.

“Estamos transformando a prática da fiscalização em um método auditável e mais transparente. Com o fim do papel e a adoção de critérios objetivos, garantimos segurança jurídica e previsibilidade para quem trabalha certo. É

um avanço que protege a saúde da população e respeita o setor regulado”, enfatizou a presidente do IVISA-Rio, Aline Borges.

Os responsáveis pelos estabelecimentos vistoriados poderão acessar sua avaliação por meio de QR Code único, se informando sobre o que precisar fazer para melhorar e se adequar às normas sanitárias. Para evitar interdições, também será possível se antecipar e garantir a autorregulação consultando os roteiros de inspeção disponíveis para consulta pública no portal vigilanciasanitaria.prefeitura.rio.

Em relação ao impacto sustentável, a Secretaria Municipal de Saúde estima que a digitalização dos processos poupará recursos significativos, como a economia de cerca de 1,2 milhão de litros de água (equivalente a 1.263 caixas d'água de mil litros) e 846 kg de papel (o peso de um carro popular). Além disso, a mudança evitará a emissão de 3,6 toneladas de CO2, o que corresponde a um carro rodando por 18.500 km.